

Termo de Referência 190/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
190/2024	158137-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	LUCAS DELEON RAMIRIO	28/08/2024 14:41 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23346.001633.2024-13

1. Definição do objeto

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90630/2024
PROCESSO Nº 23346.001633.2024-13

1.1. Eventual Aquisição Futura de Rações e Suplementos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
SEM GRUPO	01	458111	Ração para Cabras em Lactação-22,0% PB. Peletizada, contendo milho floculado. Composição Básica do Produto: Calcário calcítico, Colina, Farelo de Gérmen de Milho, Farelo de Milho, Farelo de Soja, Fosfato Bicálcico, Caulim, Cloreto de Sódio (Sal Comum), Premix Vitamínico Mineral. Níveis de garantia por quilograma: especificação concentração: Umidade (máx.)12,0%, Proteína Bruta (mín.)22,0%, Extrato Etéreo (mín.)4,0% ,Matéria Fibrosa (máx.)8,0%, Matéria Mineral (máx.)10,0%, Cálcio (máx.)2,0%, Fósforo (mín.).0,75% . Enriquecimento por equivalentes minimos por Quilograma do Produto: Cobre 10,0 mg; Cobalto 1,5 mg; Ferro 30,0 mg; Iodo 0,90 mg; Magnésio 40,0 mg; Manganês 55,0 mg; Selênio 0,20 mg; Zinco 65,0 mg; Vitamina A: 4.000,00	Saco com 40 kg	500	R\$245,00	R\$122.500,00

			UI; Vitamina D-3 1.000,00 UI; Vitamina E 5,0 mg. Eventuais Substitutivos: Não será aceito em hipótese alguma a substituição do milho. Referência: Total. Apresentação: Saco com 40 kg. ** A M P L A CONCORRÊNCIA**				
SEM GRUPO	02	605896	Suplemento Mineral para Caprinos. Suplemento mineral e vitamínico, recomendado para caprinos nas fases de cria, recria e engorda. Especificação concentração: Cálcio(máx.) 210,00 g Fósforo(máx.) 210,00g Fósforo (mín.) 70,00g Enxofre(g) 10,00g Magnésio(g)5,00g Sódio(g)100,00 g Ferro(mg) 340,00mg Cobre(mg) 440,00mg Zinco(mg) 3.010,00mg Manganês(mg) 1.500,00mg Cromo (mg) 6,00mg Iodo(mg) 48,00mg Selênio (mg)20,50mg Cobalto (mg). 25,00mg Vitamina A(UI /Kg) 250.000,00 UI Vitamina D (UI/Kg) 40.000,00 UI Vitamina E (UI/Kg) 350,00 UI Flúor(máx.). 700,00mg Características do Produto: Forma farelada, formulado com vitaminas A, D e E, fórmula composta por fontes de alta biodisponibilidade. Produto pronto para uso. Referência: Caprinofós (Tortuga), Matsuda. Apresentação: sacos com 20kg. ** A M P L A CONCORRÊNCIA**	Saco com 20 kg	400	R\$280,00	R\$112.000,00
SEM GRUPO	03	458083	Ração para Coelho- Todas as fases. Composição Básica do Produto: Milho Integral Moído, Farelo de Glúten de Milho (mín. 21%), Farelo de Soja, Farelo de Trigo, Farelo de Casca de Aveia, Alfafa Moída, Farinha de Ossos Calcinados, Farinha de Ostras, Cloreto de Sódio, Premix Vitamínico e Mineral, Melaço. Níveis de Garantia por Quilograma: especificação concentração: Umidade (máx.) 12,0% Proteína Bruta (mín.)16,0% Extrato Etéreo (mín.)2,5% Matéria Fibrosa (máx.)16,0% Matéria Mineral (máx.)13,0% Cálcio (máx.)1,2% Fósforo (mín.)0,5% Enriquecimento por Quilograma do Produto: Cobre 3,0 mg; Cobalto 0,5 mg; Ferro 1,0 mg; Manganês.20,0 mg; Zinco 20,0 mg; Riboflavina 5,0 mg; Ácido Pantotênico 20,0 mg; Niacina. 20,0 mg; Colina 220,0 mg; Bacitracina de Zinco 4,0 mg,	Saco com 40 kg	400	R\$200,00	R\$80.000,00

			Furazolidona 50,0 mg; Vitamina A 4.000 UI; Vitamina D-3 1.000 UI; Vitamina E 7,0 mg; Vitamina B12 0,02 mg. Eventuais Substitutivos: Não será aceito em hipótese alguma a substituição do milho. Com data de fabricação do produto de no máximo 15 dias anterior a data da nota fiscal. O produto deve estar de acordo com as normas Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Referência: Total, Guabi, Socil. Apresentação: peletizada, acondicionada em sacos com 40 kg.				
SEM GRUPO	04	427759	Ração para Ovinos – Todas as fases. Composição Básica do Produto: Calcário Calcítico, Colina, Farelo de Gérmen de Milho, Farelo de Milho, Farelo de Soja, Fosfato Bicálcico, Caulim, Cloreto de Sódio (Sal Comum), Premix Vitamínico Mineral. Níveis de garantia por quilograma: especificação concentração: Umidade (máx.)12,0% Proteína Bruta (mín.)18,0% Extrato Etéreo (mín.)3,0% Matéria Fibrosa (máx.) 10,0% Matéria Mineral (máx.) 8,0% Cálcio (máx.)2,0% Fósforo (mín.)0,6% Enriquecimento por Quilograma do Produto: Cobre. 10,0 mg; Cobalto 0,6 mg; Ferro. 30,0 mg; Iodo1,50 mg; Magnésio 40,0 mg; Manganês 35,0 mg; Selênio 0,3 mg; Zinco .80,0 mg; Vitamina A:12.000,00 UI; Vitamina D-3. 3.000,00 UI; Vitamina E 12,0 mg. Eventuais Substitutivos: Não será aceito em hipótese alguma a substituição do milho. O produto deve estar de acordo com as normas Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Referência: Total, Socil. Apresentação: Peletizada, acondicionada em sacos com 40 kg. ***AMPLA CONCORRÊNCIA**	Saco com 40 kg	800	R\$215,00	R\$172.000,00
			Suplemento Mineral para Ovinos. Suplemento mineral indicado para suprir carências minerais em ovinos. Pronto para uso. Especificação concentração: Cálcio (máx.)120,00 g Fósforo (mín.)87,00 g Enxofre (mg)18,00 g Sódio (g)147,00 g Ferro (mg) 18.000,00 mg Cobre (mg).590,00 mg Zinco (mg).3.800,00 mg Manganês (mg)1.300,00 mg Iodo (mg).80,00 mg Selênio (mg)15,00				

SEM GRUPO	05	605897	mg Cobalto (mg).40,00 mg Molibdênio (mg)300,00mg Flúor (máx.)870,00 mg Monensina (mg) 1.300,00 mg Cromo (mg)20,00 mg Características do Produto: Forma farelada composta por fontes de alta biodisponibilidade. O produto deve estar de acordo com as normas Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Referência: Ovinofós (Tortuga), Matsuda. Apresentação: sacos com 25 kg.	Saco com 25 Kg	150	R\$262,50	R\$39.375,00
SEM GRUPO	06	444890	Concentrado Mineral para Formulações de Ração de Bovinos em Confinamento. Formulação deve conter enzima Alfaamilase que atua no ambiente ruminal melhorando a digestibilidade do amido presente no grão de milho através de sua hidrólise, potencializando a produção de energia no rúmen, sem causar redução de pH. Melhorando assim o metabolismo energético do animal. A ração deve vir sem a presença de ionóforos em sua composição, e com a presença de óleos essenciais. Os elementos minerais presentes em sua formulação possam ser utilizados para equinos, seguindo orientações do médico veterinário. Minerais que possuem a biossegurança alimentar sem causar contaminação ambiental. Níveis mínimos de garantia por quilo do produto: Cálcio ... 140 a 180 g/kg Fósforo ... 14 g/kg. Potássio ... 28 g/kg. Enxofre 29 g/kg. Magnésio ... 20 g/kg. Sódio..... 67 g/kg. Manganês ... 1.280,00 mg/kg. Cobalto ... 9 mg /kg. Cobre ... 640,00 mg/kg. Cromo ... 8,00 mg/kg. Iodo ... 27,50 mg/kg. Selênio ... 8,00 mg /kg. Zinco ... 2.400,00 mg/kg. Iodo ... 32,00 mg/Kg. BioAna ... 80,00 mg/kg. D-Limonene ... 1 368,00 mg/kg. Amilase ... 13.440,00 KNU/Kg. Saccharomyces cerevisiae..... 2,4x10 ¹¹ UFC/kg. Fúor (máx) 140,00 mg/kg. Vitamina A ... 160.000,00 UI/kg. Vitamina D3 ... 180.000,00 UI/kg. Vitamina E ... 2.000,00 UI/kg. Referencia: Fosbovi confinamento crina®.	Kg	4.000	R\$7,52	R\$30.080,00
			Suplemento Mineral Concentrado para Equinos. Suplemento mineral concentrado vitaminado com fósforo (80g) enriquecido com				

SEM GRUPO	07	464889	vitaminas (a,d e e) e todos os minerais. Especialmente desenvolvido para atender as necessidades nutricionais de minerais e vitaminas a, d e e dos equinos em diferentes fases de produção. Níveis de garantia por quilograma: Cálcio 200 g Fósforo 80 g Magnésio 6 g Enxofre 10 g Sódio 100 g Ferro 1.000 mg Cobre 1.200 mg Zinco 3.000 mg Manganês 1.200 mg iodo 80 mg Cobalto 40 mg Selênio 12 mg Flúor (máx.) 800 mg Vitamina a 110.000 u.i Vitamina d 30.000 u.i Vitamina e 500 u.i. solub. Do p em ácido cítrico 2% (mín) 95%. (saco com 10kg). Apresentação: sacos com 20 kg.	Saco com 20 kg	20	R\$255,00	R\$5.100,00
SEM GRUPO	08	319922	Ração para Equinos. Ração com alta digestibilidade e palatabilidade. Alimentos básicos que deverão ser utilizados no balanceamento das rações: 12% de proteína, 3.250 kcal de energia digestível, com inclusão de óleo vegetal, minerais, minerais orgânicos (zinco, cobre e selênio), probiótico e vitaminas (A, D e E), biotina (fortalecimento dos cascos) e aminoácidos essenciais como a lisina. A adição de partículas extrusadas, milho laminado, aveia laminada e melaço. Níveis de garantia por quilograma: Proteína bruta (mín.) . 12% Extrato etéreo (mín.) .4,5% Matéria fibrosa (máx.)12% Matéria mineral (máx.) 12% Cálcio (máx.) 1,8% Fósforo (mín.) 0,5% Ed (mín.) 3.250 kcal/kg. Apresentação: Sacos com 30kg.	Saco com 30 kg	200	R\$192,50	R\$38.500,00
SEM GRUPO	09	304569	Uréia Agrícola. Fertilizante à base de ureia, apresentado na forma de grânulos brancos contendo 46% de nitrogênio, higroscópica e solúvel em água, álcool e benzina. Apresentação: sacos com 50 kg.	Saco com 50 kg	150	R\$209,00	R\$31.350,00
SEM GRUPO	10	315758	Sal Comum (branco). Cloreto de Sódio para animais, livre de impurezas. Apresentação: Sacos com 25 kg.	Saco com 25 kg	400	R\$81,00	R\$32.400,00
SEM GRUPO	11	218097	Ração p/ Aves de Postura em Produção 16,9% PB. Ingredientes básicos que deverão ser utilizados na composição da ração: Fubá de milho: mínimo de 63,5% Farelo de soja: mínimo de 24,5% Calcário 38%: máximo de 7% Núcleos: máximo de 5% Cálcio: 3,759% Fósforo: 0,660% Energia	Saco com 40 kg	4.000	R\$130,00	R\$520.000,00

			Metabolizada (Kcal/kg):2750,6 Eventuais Substitutivos: Não será aceito em hipótese alguma a substituição do milho. Apresentação: saco com 40 kg. ** A M P L A CONCORRÊNCIA**				
SEM GRUPO	12	410322	Feno de Capim Vaqueiro. Em fardos regulares e uniformes com peso de 25 kg, amarrados em cordas de sisal, ter caules finos e macios, com cheiro agradável e característico, cor verde própria com armazenagem em ambiente sombreado, ausência de mofo, teor de matéria seca (85%), valor nutritivo (teor protéico: 12 a 13%) elevada digestibilidade (60 a 70%) e palatabilidade, apresentar alta relação folha/haste, sem presenças de sementes e ervas daninhas.	Kg	4.500	R\$4,48	R\$20.160,00
SEM GRUPO	13	246047	Ração para vacas em lactação com concentrado proteico. Concentrado Proteico energético para vacas em lactação de alta produção, tamponado, com minerais orgânicos, Leveduras Vivas, adsorvente de micotoxina e farelo de soja by pass. Composição Qualitativa: Milho Integral Moído, Farelo de Soja, Calcário Calcítico, Farelo de soja /Ureia Formaldeído, Casca de Soja, Cloreto de Sódio (Sal Comum), Fosfato Bicálcico, Uréia Pecuária, Óxido de Magnésio, Calcário Calcítico, Cloreto de Sódio, Óxido de Magnésio, Algas Marinhas Calcárias, Bicarbonato de Sódio, Oleoresina de Pimenta, Monensina Sódica, Aroma de Melaço, Parede Celular de Levedura, Levedura Inativada, Proteinado de Zinco, Levedura Enriquecida com Selênio, Carbonato de Cálcio, Proteinado de Cobre, Aluminosilicato de Sódio e Cálcio, Saccharomyces cerevisiae, Proteinado de Manganês, Extrato de Yucca, Vitamina E (Tocoferol), Proteinado de Ferro, Cromo Levedura, Vitamina C (Ácido Ascórbico), Farinha de Alga Schizochytrium sp., Vitamina A (Retinol), Vitamina D (Colecalciferol), BHT, Iodato de Potássio, Carbonato de Cobalto, Dioxido de Silício, Ácido Cítrico, Etoxiquin, BHA, Farinha de Alga Chlorella vulgaris, Produto de Fermentação de Aspergillus niger,	Saco com 40 kg	2.500	R\$155,16	R\$387.900,00

		<p>Produto da Fermentação de Trichoderma longibrachiatum, Propilgalato, Cloreto de Sódio e Biotina. Níveis de Garantia: Garantia: Valor: Unidade: Umidade (Máx) 120,00 g/kg; Proteína Bruta (Mín) 310,00 g/kg; NNP Eq. em Proteína Bruta (Máx) 30,00 g/kg; Extrato Etéreo (Mín) 17,00 g/kg; Fibra Bruta (Máx) 79,00 g/kg; Matéria Mineral (Máx); 95,00 g/kg; Cálcio (Mín) 14,00 g/kg; Cálcio (Máx) 18,00 g/kg; Fósforo (Mín) 4.500,00 mg/kg; Magnésio (Mín) 2.300,00 mg/kg; Sódio (Mín) 2.800,00 mg/kg; Cobalto (Mín) 0,675 mg/kg; Cobre (Mín) 28,3 mg/kg; Iodo (Mín) 1,60 mg/kg; Manganês (Mín) 28,00 mg/kg; Selênio (Mín) 0,97 mg/kg; Zinco (Mín) 102,00 mg/kg; Biotina (Mín) 6,00 mg/kg; Saccharomyces Cerevisiae (Mín) 11,25x10⁸ ufc/kg; Enxofre (Mín) 2500,00 mg/kg; Vitamina A (Mín) 8400,00 UI/kg; Vitamina D3 (Mín) 2800,00 UI/kg; Vitamina E (Mín) 70,50 UI/kg; Monensina (Mín) 50,00 mg/kg. Unidade de Fornecimento saco de 40Kg.</p> <p>** A M P L A CONCORRÊNCIA**</p>				
		<p>Ração para vacas em lactação de alta produção. Tamponado, com minerais orgânicos, leveduras vivas, adsorvente de micotoxina e farelo de soja by pass. Composição Qualitativa: Milho Integral Moído , Farelo de Soja, Calcário Calcítico, Bicarbonato de Sódio, Farelo de soja/Ureia Formaldeído, Cloreto de Sódio (Sal Comum), Fosfato Bicálcico, Uréia Pecuária, Óxido de Magnésio, Monensina Sódica, Parede Celular de Levedura, Levedura Inativada, Proteinado de Zinco, Levedura Enriquecida com Selênio, Carbonato de Cálcio, Proteinato de Cobre, Aluminosilicato de Sódio e Cálcio, Saccharomyces cerevisiae, Proteinato de Manganês, Extrato de Yucca, Vitamina E (Tocoferol), Proteinato de Ferro, Cromo Levedura, Vitamina C (Ácido Ascórbico), Farinha de Alga Schizochytrium sp., Vitamina A (Retinol), Vitamina D (Colecalciferol), BHT, Iodato de Potássio, Carbonato de Cobalto, Dioxido de Silício, Ácido Cítrico,</p>				

SEM GRUPO	14	246047	<p>Etoxiquin, BHA, Farinha de Alga Chlorella vulgaris, Produto de Fermentação de Aspergillus niger, Produto da Fermentação de Trichoderma longibrachiatum, Propilgalato, Cloreto de Sódio e Biotina. Níveis de Garantia: Garantia: Valor: Unidade: Umidade (Máx) 120,00 g/kg; Proteína Bruta (Mín) 250,00 g/kg; NNP Eq. em Proteína Bruta (Máx) 31,00 g/kg; Extrato Etéreo (Mín) 20,00 g/kg; Fibra Bruta (Máx) 70,00 g/kg; Fibra em Detergente Ácido (Máx) 100,00 g/kg; Matéria Mineral (Máx) 120,00 g/kg; Cálcio (Mín) 10,00 g/kg; Cálcio (Máx) 18,00 g/kg; Fósforo (Mín) 5.000,00 mg/kg; Magnésio (Mín) 3.000,00 mg/kg; Sódio (Mín) 6.000,00 mg/kg; Cobalto (Mín) 0,52 mg/kg; Cobre (Mín) 21,00 mg/kg; Iodo (Mín) 1,20 mg/kg; Ferro (Mín) 25,00 mg/kg; Manganês (Mín) 22,00 mg/kg; Selênio (Mín) 0,82 mg/kg; Zinco (Mín) 80,00 mg/kg; Cromo (Mín) 0,35 mg/kg; Biotina (Mín) 3,20 mg/kg; Saccharomyces Cerevisiae (Mín) 8,0 x 10E8 Kg/h; Enxofre (Mín) 2.200,00 mg/kg; Vitamina A (Mín) 6.562,00 UI/kg; Vitamina D3 (Mín) 2.187,00 UI/kg; Vitamina E (Mín) 54,00 UI/kg; Monensina (Mín) 30,00 mg/kg. Unidade de Fornecimento saco de 40 Kg.</p> <p>** AMPLA CONCORRÊNCIA **</p>	Saco com 40 kg	5.000	R\$151,66	R\$758.300,00
SEM GRUPO	15	233786	<p>Ração para bezerra inicial (1 dia até desmama) Peletizada, no mínimo 17% de PB. NÍVEIS DE GARANTIA: Umidade (máximo) 120,00g/kg, Sódio (Mínimo) 2.500,00 mg/ kg; Proteína Bruta (Mínimo)180,00 g/kg; ExtratoEtéreo (Mínimo) .20,00g/kg; Fibra Bruta (Máximo) 70,00 g/kg; Fibra em Detergente Ácido (Máximo) 120,00 g/kg; Matéria Mineral (Máximo) 90,00 g/kg; Cálcio (Mínimo) 10,00g/kg; Cálcio (Máximo) 18,00g/kg; Fósforo (Mínimo) 5.000,00mg/kg; Iodo (Mínimo) 1,20 mg/kg; Selênio (Mínimo) 0,60mg/kg; Cobalto (Mínimo)0,50 mg/kg; Cobre (Mínimo)20,00 mg/kg; Ferro (Mínimo) 60,00 mg/kg; Zinco (Mínimo) 80,00 mg/kg; Manganês (Mínimo)80,00 mg/kg; Vitamina A (Mínimo) 8.000,00 UI/kg, Vitamina E (Mínimo) 50,00</p>	Saco com 40 kg	500	R\$189,50	R\$94.750,00

			UI/kg;Vitamina D3 (Mínimo) 2.000,00 UI /kg; Magnésio (Mínimo) 2.500,00 mg/kg; Cardol (Mínimo)0,04 g/kg, Cardanol (Mínimo) 0,20 g/kg; Ácido Ricinoleico (Mínimo)0,09 g/kg. Com data de fabricação do produto de no máximo 15 dias anterior a data da nota fiscal. O produto deve estar de acordo com as normas Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Unidade de fornecimento: Saco com 40 kg. ** A M P L A CONCORRÊNCIA**				
SEM GRUPO	16	233669	Ração Pré-inicial, Farelada p/ Suínos (07-35 dias) 20% PB. Ingredientes básicos que deverão ser utilizados na composição da ração: Fubá de milho: mínimo de 47% Farelo de soja: mínimo de 23% Açúcar: mínimo de 5% Núcleos: máximo de 25% Cálcio: 0,9% Fósforo:0,5% Lisina: 1,25% Óxido de Zinco: 140,0 mg/kg Energia Metabolizada (Kcal/kg): 3500,0 Eventuais substitutivos: Não será aceito em hipótese alguma a substituição do milho Apresentação: sacos com 40 kg. ** A M P L A CONCORRÊNCIA**	Saco com 40 kg	700	R\$275,00	R\$192.500,00
	17	233668	Ração Inicial para Suínos (36-70 dias) 19,5% PB. Ingredientes básicos que deverão ser utilizados na composição da ração: Fubá de milho: mínimo de 58% Farelo de soja: mínimo de 32% Açúcar: mínimo de 5% Núcleos: máximo de 5% Cálcio: 1% Fósforo:0,620% Lisina:1,15% Energia Metabolizada (Kcal/kg):3360,0 Eventuais Substitutivos: Não será aceito em hipótese alguma a substituição do milho. Os pedidos serão de 2.000kg a 4.000 de acordo com a necessidade do setor. A entrega deverá ser feita semanalmente. Apresentação obrigatoriamente : À granel, devendo ser entregue em caminhão graneleiro (caminhão de silo fechado com equipamento para conduzir a ração para dentro do silo vertical). **AMPLA CONCORRÊNCIA**	Kg	50.000	R\$5,50	R\$275.000,00
			Ração Crescimento/Recria para Suínos 18,5% PB. Ingredientes básicos que deverão ser utilizados				

GRUPO 01	18	265571	na composição da ração: Fubá de milho:... mínimo de 68% Farelo de soja:mínimo de 28% Núcleos: máximo de 4% Cálcio: 0,820% Fósforo: .0,50% Lisina: 1% Energia Metabolizada (Kcal /kg): 3280,0 Eventuais Substitutivos: Não será aceito em hipótese alguma a substituição do milho. OBSERVAÇÃO: A Granulometria do milho e soja deve ser de 2,5mm, ou seja, a peneira do triturador de 2,5 mm. Os pedidos serão de 2.000kg a 8.000kg de acordo com a necessidade do setor. Entrega deverá ser semanalmente . Apresentação: À granel, devendo ser entregue em caminhão graneleiro (caminhão de silo fechado com equipamento para conduzir a ração para dentro do silo vertical). **AMPLA CONCORRÊNCIA**	Kg	220.000	R\$3,25	R\$715.000,00
	19	265575	Ração Reprodução (Gestação) para Suínos 15% PB. Ingredientes básicos que deverão ser utilizados na composição da ração: Fubá de milho: mínimo de 56% Farelo de soja: mínimo de 13% Farelo de trigo: máximo de 27% Núcleos: máximo de 4% Cálcio: 1% Fósforo: 0,55% Lisina: 1% Energia Metabolizada (Kcal/kg): . 2900,0 Eventuais Substitutivos: Não será aceito em hipótese alguma a substituição do milho. OBSERVAÇÃO: A Granulometria do milho e soja deve ser de 3mm, ou seja a peneira do triturador de 3mm. Os pedidos serão de 2.000kg a 4.000 kg de acordo com a necessidade do setor. A entrega deverá ser feita semanalmente. Os pedidos serão de 2.000kg a 8.000kg de acordo com a necessidade do setor. Entrega deverá ser semanalmente . Apresentação: À granel, devendo ser entregue em caminhão graneleiro (caminhão de silo fechado com equipamento para conduzir a ração para dentro do silo vertical). **AMPLA CONCORRÊNCIA**	Kg	90.000	R\$4,20	R\$378.000,00
			Ração Reprodução (Lactação) para Suínos 18,0% PB. Ingredientes básicos que deverão ser utilizados na composição da ração: Fubá de milho: mínimo de 58% Farelo de soja: mínimo de 27% Farelo de trigo: máximo de				

	20	233670	6% Melaço de cana em pó: máximo de 5% Núcleos:máximo de 4% Cálcio: mínimo de 0,950% Fósforo: mínimo de 0,60% Lisina: mínimo de 1.3% Energia Metabolizada (Kcal/kg): 3350,00 a 3450,00. Eventuais Substitutivos: Não será aceito em hipótese alguma a substituição do milho. Os pedidos serão de 2.000kg a 4.000kg de acordo com a necessidade do setor. A entrega deverá ser semanalmente ou quinzenal. Apresentação obrigatoriamente: À granel, devendo ser entregue em caminhão graneleiro (caminhão de silo fechado com equipamento para conduzir a ração para dentro do silo vertical). **AMPLA CONCORRÊNCIA**	Kg	90.000	R\$4,25	R\$382.500,00
SEM GRUPO	21	334970	Ração para Aves de Corte Inicial – 20,61% PB. Ingredientes básicos que deverão ser utilizados na composição da ração: Fubá de milho: mínimo de 63,2% Farelo de soja:. mínimo de 31,8% máximo de 5% Cálcio:0,9890% Fósforo: 0,611% Energia Metabolizada (Kcal/kg): .2928,5 Eventuais Substitutivos: Não será aceito em hipótese alguma a substituição do milho. Apresentação: saco com 40 kg. ** A M P L A CONCORRÊNCIA**	Saco com 40 kg	1.350	R\$205,00	R\$276.750,00
SEM GRUPO	22	218097	Ração para Aves de Corte Crescimento – 18,44%. Ingredientes básicos que deverão ser utilizados na composição da ração: Fubá de milho: mínimo de 68,1% Farelo de soja:mínimo de 26,9% Núcleos máximo de 5% Cálcio: 0,979% Fósforo: 0,584% Energia Metabolizada (Kcal/kg): 2978,2 Eventuais Substitutivos: Não será aceito em hipótese alguma a substituição do milho. Apresentação: saco com 40 kg. ** A M P L A CONCORRÊNCIA**	Saco com 40 kg	2.500	R\$195,00	R\$487.500,00
SEM GRUPO	23	218097	Ração para Aves de Corte Final – 16,5% PB. Ingredientes básicos que deverão ser utilizados na composição da ração: Fubá de milho: mínimo de 74,71% Farelo de soja: mínimo de 21,3% Núcleos:. máximo de 4% Cálcio: 0,809% Fósforo: 0,604% Energia Metabolizada (Kcal/kg): 3050,2. Eventuais Substitutivos: Não será	Saco com 40 kg	1.500	R\$200,00	R\$300.000,00

			aceito em hipótese alguma a substituição do milho. Apresentação: saco com 40 kg. ** A M P L A CONCORRÊNCIA**				
SEM GRUPO	24	265575	Ração para Suínos Reprodutores (Cachaços) Farelada - 15% PB. Ingredientes básicos que deverão ser utilizados na composição da ração: Fubá de milho: mínimo de 53% Farelo de soja: mínimo de 13% Farelo de trigo: máximo de 30% Núcleos: máximo de 4% Cálcio: 0,850% Fósforo: 0,90% Lisina: mínimo de 1% Selênio: mínimo de 0,77% Energia Metabolizada (Kcal/kg): 2823,0 Eventuais Substitutivos: Não será aceito em hipótese alguma a substituição do milho. Apresentação: Saco com 20 kg. ** A M P L A CONCORRÊNCIA**	Saco com 20 kg	600	R\$270,00	R\$162.000,00
SEM GRUPO	25	474459	Suplemento Mineral para bovinos leiteiros em lactação que recebem volumoso e/ou concentrado no cocho.. Níveis de garantia por Quilograma de produto: Calcio (máx) 255 g Cálcio (mín) 220 g Fósforo (mín) 80 g Enxofre (mín.) 20 g Magnésio (Mín.) 40 g Cobalto (Mín.) 100 mg Cobre (Mín.) 1650 g Iodo (mín.) 150 mg Manganês (mín.) 1.700 mg Selênio (mín.) 32 mg Zinco (mín.) 6.285 mg Ferro (mín.) 1.000 mg Flúor (máx.) 800 mg Vitamina A (mín.) 200.000 U.I. Vitamina E (mín.) 500 U.I. Losalocida Sódica (mín.) 1.200 mg Mananoligossacarídeo (mín.) 1.250 mg Beta Glucanas (mín.) 1.750 mg Referencia: Matsuda Lac Gold. Apresentação: Sacos com 25 kg. **AMPLA CONCORRÊNCIA**	Saco com 25 kg	500	R\$260,00	R\$130.000,00
SEM GRUPO	26	474459	Suplemento Mineral proteico energético pronto para uso, indicado para novilhas leiteiras com mais de 12 meses de idade e /ou em fase reprodutiva, visando maior eficiência no desenvolvimento. Níveis de garantia por quilograma de produto. Calcio (máx) 30 g Cálcio (mín) 28 g Fósforo (mín) 7.000 mg Sódio (mín.) 7.000 mg Enxofre (mín.) 3.000 mg Magnésio (Mín.) 2.000 mg Cobalto (Mín.) 8 mg Cobre (Mín.) 75 g Iodo (mín.) 6 mg Manganês	Saco com 25 kg	40	R\$270,00	R\$10.800,00

			(mín.) 77 mg Selênio (mín.) 2,5 mg Zinco (mín.) 650 mg Ferro (mín.) 150 mg Flúor (máx.) 70 mg Proteína Bruta (mín.) 270 g N.N. P. Equiv. Protéico (máx.) 100 g N. D.T (mín.) 600 g Mananoligossacarídeo (mín.) 2.500 mg Beta Glucanas (mín.) 3.500 mg Referência: Matsuda Vitta Leite Novilha. Apresentação: Sacos com 25 kg.				
SEM GRUPO	27	218098	Ração seca para cães adultos. Alimento completo, de qualidade super premium indicada na embalagem, recomendado para cães adultos de raças médias ou grandes. Composição básica: Farinha de vísceras de aves, milho integral moído e/ou sorgo integral moído, quirera de arroz, gordura de frango (óleo de aves), polpa de beterraba, sulfato de condroitina, sulfato de glicosamina, cloreto de potássio, cloreto de sódio (sal comum), vitaminas (A, C, E, D3, B1, B2, B6, B12), biotina, ácido fólico, cloreto de colina, sulfato de ferro, sulfato de cobre e levedura seca de cervejaria. Não deve conter eventuais substitutivos. Validade mínima de 01 ano no ato da entrega. Níveis de garantia por quilograma: Umidade (máx.): 120 g/kg (12%), Proteína Bruta (mín.): 240 g/kg (24%), Extrato Etéreo (mín.): 120 g/kg (12%), Matéria Fibrosa (máx.): 40 g/kg (4%), Matéria Mineral (máx.): 90 g/kg (9%), Sulfato de condroitina (mín.): 75 mg/kg, Sulfato de glucosamina (mín.):150 mg/kg. Energia metabolizável mínima: 3.800 kcal/kg. Referência: Quatree Supreme; Special Dog Prime; Matsuda M-Line; Guabi Natural; Premier Pet Formula; Fórmula Natural.	Kg	3.000	R\$25,00	R\$75.000,00
SEM GRUPO	28	218098	Ração umida para caes adutos em sachê. Alimento premium, completo e balanceado, sem corantes e aromatizantes artificiais para cães adultos de categoria senior. Composição básica: Carne bovina e/ou miúdos bovinos, carcaça e/ou miúdos de aves, miúdos de suíno, plasma suíno e farinha de trigo. Validade mínima de 01 ano no ato da entrega. Níveis de garantia por quilograma: Umidade (máx.): 820 g/kg (82%), Proteína Bruta (mín.): 85 g/kg (8,5%), Extrato Etéreo (mín.): 20 g	Kg	500	R\$31,50	R\$15.750,00

			/kg (2%), Matéria Fibrosa (máx.): 20 g/kg (2%), Matéria Mineral (máx.): 30 g/kg (3%), Energia metabolizável mínima: 600 kcal/kg. Referência: Special Dog Ultralife Sênior; Pedigree Adulto 7+; Excellence Sênior +7; Magnus Sênior 7+.				
SEM GRUPO	29	374184	Ração para bovinos de corte em confinamento. Níveis de composição qualitativa: Milho Integral Moído, Farelo de Soja3, Calcário Calcítico, Farelo de Arroz Gordo, Farelo de Trigo, Cloreto de Sódio (Sal Comum), Fosfato Bicalcico, Uréia Pecuária, Oxido de Magnésio, Enxofre Ventilado (Flor de Enxofre), Vitamina A (Retinol), Vitamina D3 (Calciferol), Vitamina E (Tocoferol), Sulfato de Cobre, Sulfato de Ferro, Sulfato de Manganês, lodato de Cálcio Monohidratado, Carbonato de Cobalto, Selenito de Sódio, Sulfato de Zinco, BHT, Saccharomyces cerevisiae, Mananoligossacarídeos, Zinco, Betaglucanas, Cobre, Selênio, Cromo e Líquido da Casca de Castanha de Caju, Oleo de Mamona e vermiculita. Eventuais substitutos: Não será aceito de forma alguma a substituição do milho. Níveis de garantia exigidos: Umidade (Máx) -120 g/kg Proteína Bruta (Min)-180 g/kg NNP Eq. em Protéina Bruta (Máx) -35,00 g/kg Extrato Etéreo (Min) -20,00 g/kg Fibra Bruta (Máx) -50,00 g/kg Fibra em Detergente Ácido (Máx)-180 g/kg Matéria Mineral (Máx) - 70,00 g/kg Cálcio (Min) - 8,0 g/kg Cálcio (Máx) -15,0 g/kg Fósforo (Min) -3.400,00 mg/kg Magnésio (Min) 3200 mg/kg Sódio (Min) -2600 mg/kg Cobalto (Min) - 0,25 mg/kg Cobre (Min)-23,0 mg/kg lado (Min) - 1,2 mg/kg Ferro (Min) - 60 mg/kg Manganês (Min) -80 mg/kg Selênio (Min) - 0,9 mg/kg Zinco (Min) -120,0 mg/kg Saccharomyces Cerevisiae (Min) - 1,0 x 10e7 Enxofre (Min) -2500 mg/kg Vitamina A (Min) - 8000 UI/kg Vitamina D3 (Min) -2000 UI/kg Vitamina E (Min) - 50 UI/Kg Acido Ricinoleica (Min) - 0,09 g/kg Cardanal (Min) - 0,20 g/kg Cardol (Min) - 0,04 g/kg Apresentação: Sacos com 40 Kg.	Saco com 40 kg	1.200	R\$197,50	R\$237.000,00

			** A M P L A CONCORRÊNCIA**				
SEM GRUPO	30	427369	Cepilho/ maravalha/ serragem. Maravalha de madeira preferencialmente pinus, sem impurezas, não decomposta, uniformes com umidade entre 5 a 10 %. **AMPLA CONCORRÊNCIA**	Metro Cúbico	850	R\$132,49	R\$112.616,50
SEM GRUPO	31	445153	Núcleo mineral para produção de ração bovina. Contendo levedura viva, cobre, cromo e selênio na forma orgânica. Tendo com objetivo proteger ainda mais a vaca, ajudando no trato digestivo e melhorando a absorção dos nutrientes, além de conter glucanos que adsorvem as micotoxinas e evitam que as mesmas sejam adsorvidas pelo animal. Referencia: Milk Sacc x.	Kg	500	R\$42,00	R\$21.000,00
SEM GRUPO	32	467386	DDG (Distillers Dried Grains) peletizada para fabricação de ração animal. Exigindo garantias mínimas dos fornecedores matéria seca 90%, Proteína bruta 28%, Extrato etéreo: 5%, FDN: 30%. Essas garantias incluem análise nutricional completa, controle de qualidade abrangente, ausência de contaminantes prejudiciais. ** A M P L A CONCORRÊNCIA**	Kg	50.000	R\$3,50	R\$175.000,00
SEM GRUPO	33	232080	Casca de soja peletizada com as seguintes garantias mínimas seca 90%, proteína bruta 12%, Extrato etéreo 2,2%, Amido 3,51%, FDN: 66,58, NDT: 68%, Carboidratos solúveis: 13,2%. **AMPLA CONCORRÊNCIA**	Kg	30.000	R\$6,00	R\$180.000,00
SEM GRUPO	34	605547	Ureia Pecuária. Aditivo nutricional para alimentação animal, exclusivo para ruminantes (bovinos, caprinos, ovinos e bubalinos), com compostos NNP (nitrogênio não proteico), encontrados na ureia pecuária, podem ser utilizados como complemento nas dietas da alimentação animal. Com Garantias: 46% de Nitrogênio (N). Referencia: Rumisan® Uréia Pecuária.	Kg	4.000	R\$12,88	R\$51.520,00

1.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto ou as unidades de fornecimento descritas no sistema eletrônico e as especificações ou as unidades de fornecimento constantes neste termo, o licitante deverá considerar as deste instrumento, conforme planilha acima.

1.3. Os licitantes devem informar em suas propostas todas as características do material ofertado constantes tabela do subitem 1.1. na especificação detalhada da tabela acima.

1.3.1. Para evitar solicitações adicionais de envio de catálogos e fichas técnicas dos produtos ofertados, é solicitado que as informações, tais como descrição detalhada, marca/fabricante e modelo/versão, sejam preenchidas corretamente durante o cadastramento da proposta por meio do sistema.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O produto objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.6. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

1.7. A quantidade mínima a ser cotada pelos licitantes, para cada item, deverá ser a quantidade total descrita na tabela acima, tendo em vista que a oferta de proposta em menor quantidade é desvantajosa para a administração, pois prejudica a economia de escala pela qual podemos obter melhores preços com a oferta da quantidade total a ser adquirida.

1.8. A Instituição não está obrigada a firmar as contratações de todos os itens licitados ou de toda quantidade solicitada em cada item.

1.9. A Cotação de preços unitários e totais deve estar em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 casas decimais após a vírgula (ex. R\$ 0,01), observando-se as especificações necessárias indicadas no Anexo I, presumindo-se estarem inclusos os encargos que incidem ou venham a incidir sobre o objeto licitado, incluindo todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, taxas, transportes, entrega no local, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

1.10. Os itens cujo valor ultrapassa R\$80.000,00 não serão fracionados em cotas reservadas para ME/EPP e ampla concorrência. Ademais, a aquisição desses itens de fornecedores distintos pode comprometer a qualidade nutricional oferecida aos animais.

1.11. Os itens 17, 18, 19 e 20 serão adquiridos de forma agrupada, com o objetivo de assegurar a padronização das rações destinadas aos suínos.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme informações disponíveis no PNCP (<https://pncp.gov.br/app/pca/10648539000105/2024/4>).

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos , pois o arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 órgão licitante não estará obrigado a contratar os materiais licitados, que serão adquiridos somente quando surgir a necessidade e na quantidade demandada.

Da exigência de amostra

4.4. Se necessário, poderão ser solicitadas amostras dos itens para os quais não seja possível verificar as características técnicas por meio de consultas às fichas técnicas, catálogos ou fotos dos produtos oferecidos, bem como pela consulta ao site do fornecedor ou fabricante.

4.5. Não sendo possível atender integralmente as solicitações referente ao subitem 4.4, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores i

4.6. Em caso de solicitação de amostra, esta deverá ser entregue no endereço Estrada de Muzambinho, Km 35, S/N, Bairro: Morro Preto, Muzambinho/ MG, CEP: 37.890/000 , no prazo limite de , sendo que a05 (cinco) dias úteis empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.6.1. Para evitar desclassificações equivocadas devido a possíveis atrasos no sistema de entrega escolhido pela empresa, é fundamental que o comprovante de envio contendo o código de rastreamento da amostra solicitada seja enviado para o e-mail: compras@muz.ifsuldeminas.edu.br.

4.7. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes definido o prazo.

4.8. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.9. A avaliação dos aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade será realizada de acordo com as normas vigentes para a produção e transporte dos produtos.

4.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.11. No caso de a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não ser(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance oferecido pelo segundo classificado. Caso o subitem 4.4 não possa ser atendido integralmente, seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e assim sucessivamente, até encontrar uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.12. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.12.1. O IFSULDEMINAS emitirá parecer de aprovação, aprovação com ressalvas ou reprovação da amostra no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento. Caso haja ressalvas, a licitante terá 3 (três) dias úteis para correções ou apresentação de nova amostra. Após as correções, será emitido novo parecer conclusivo.

4.13. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 10 (dez) dias úteis, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

- 5.1. A convocação para entrega dos produtos será feita por meio de Ordem de Fornecimento;
- 5.2. O prazo de entrega será de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento;
- 5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.4. A entrega deverá ocorrer em dia útil, das 7h30 às 10h30 ou das 13h às 16h30:
- 5.4.1. No IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho, localizado na Estrada de Muzambinho, Km 35, S/N, Bairro Morro Preto, Muzambinho - MG, CEP: 37.890-000;
- 5.5. O contratado deverá depositar os produtos no local a ser indicado pelo servidor responsável pelo recebimento provisório;
- 5.6. A entrega correrá totalmente às expensas do contratado, inclusive será de sua responsabilidade providenciar pessoal e equipamentos necessários para descarga e colocação dos produtos no local indicado pelo recebedor dos materiais;
- 5.7. No transporte até o local de entrega, os produtos deverão ser transportados adequadamente, de acordo com as normas vigentes.

Análises de qualidade, compatibilidade e autenticidade

- 5.8. Sempre que a situação demonstrar conveniente, o contratante poderá encaminhar o material recebido ou solicitar auxílio a agentes, entidades, institutos, órgãos competentes, etc., para análise de qualidade, compatibilidade, autenticidade e outros que se fizerem necessários.
- 5.9. Esse procedimento é excepcional e poderá ser adotado tanto na fase de análise para recebimento definitivo, quanto para usufruir da garantia a ser assegurada pelo fornecedor ou pelo fabricante.
- 5.10. O tempo necessário para esse procedimento interrompe a contagem do prazo para análise do material, para fins de Recebimento Definitivo.
- 5.11. Quando nessa análise forem constatadas falhas de responsabilidade do fornecedor, as despesas com esse procedimento serão exclusivamente de sua responsabilidade, com prazo de dez dias úteis para pagamento, por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União ou diretamente àquele que efetuou a análise, a partir da comunicação formal do contratante.
- 5.12. As responsabilidades do fornecedor por falha no fornecimento não cessam, mesmo que a análise seja feita após o recebimento definitivo.

6. Modelo de gestão do contrato

- 6.1. O instrumento de contrato será substituído pela nota de empenho de despesa, conforme art. 95, II da Lei 14.133 /2021, por se tratar de entrega imediata e integral da quantidade de cada pedido. Neste caso, aplica-se, no que couber, o artigo 92 da referida lei.
- 6.1.1. A nota de empenho emitida implica no reconhecimento de que:
- 6.1.1.1. referida nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.1.1.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 6.1.1.3. a contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133 /2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 6.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas neste Termo e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo requisitante do material, sendo acompanhada também pelo Setor de Almoxarifado.

6.5.1. Serão anotadas todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.5.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, será emitida notificação para a correção da execução do objeto, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.5.3. Serão tomadas providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

7.1.1. A prova do recebimento provisório é constituída pela assinatura de quem de direito no documento fiscal ou documento equivalente;

7.2. O objeto deverá ser entregue pelo contratado, rigorosamente conforme especificações do Termo de Referência, dentro do prazo estabelecido;

7.2.1. Não serão aceitos produtos que estejam em desacordo com as especificações ou que se apresentem em embalagens danificadas, hipótese em que os produtos serão devolvidos;

7.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.3.1. Neste caso, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades verificadas;

7.3.2. Havendo nova desconformidade, ficará caracterizada a inexecução contratual pelo fornecedor;

7.3.3. O contratante não se responsabilizará pela guarda de materiais recusados, por período superior àquele fixado para substituição/complementação;

7.3.3.1. Após dez dias de atraso, contados da data fixada no subitem acima, sem que o material recusado tenha sido retirado, será considerado abandono por parte do fornecedor, podendo a Administração dar-lhes a destinação que julgar conveniente.

7.3.4. Os materiais recusados somente serão devolvidos mediante Termo de Recolhimento emitido pelo fornecedor, autorizando para tanto quem venha retirá-los. Será dispensado o referido Termo de Recolhimento, quando o material recusado for retirado por quem venha entregar os materiais que substituirão os primeiros, salvo por manifestação contrária, formal, do fornecedor.

7.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.5. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 2 (dois) dias úteis.

7.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;]

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na , conforme as regras Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020 deste presente tópico.

7.25.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.26. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **[MENOR PREÇO]**;

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 8.11. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- 8.12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.24.1. Na ausência do prazo de validade nessa certidão, será considerado o de doze meses.

8.25. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial devidamente registrado na forma da lei, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% [dez por cento] do valor total estimado da contratação.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura registrado na forma da lei. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.30.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 6.662.351,50

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 6.662.351,50 (Seis milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 01.

10. Adequação orçamentária

10.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da emissão da Nota de Empenho.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. São obrigações do Contratante:

11.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o edital e seus anexos;

11.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

11.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no edital e anexos;

11.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no edital e seus anexos;

11.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.1.9.1. A Administração terá o prazo de dez dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

11.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. Obrigações do Contratado

12.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no edital e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado neste termo, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.1.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

12.1.7. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.1.9. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.1.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

13. Infrações e sanções administrativas

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que Advertência, não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. quando praticadas as condutas descritas nas Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

- 1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de dez dias;
 - 1.1. Após dez dias de atraso, sem que o objeto tenha sido entregue, ficará caracterizada a inexecução contratual.
- 2. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto vinculado à obrigação não cumprida, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.4.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. Foro

14.1. Fica eleito o Foro da Subseção Judiciária de Pouso Alegre, MG – Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste instrumento que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

15. Elaboração do Termo de Referência

15.1 O presente Termo de Referência foi elaborado pela Coordenação Geral de Produção, auxiliado pelo “Setor de Compras, Contratos e Convênios”, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência da Administração, sendo submetido à consideração e aprovação das autoridades competentes.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ZELIA DIAS DE SOUZA

Diretora de Administração e Planejamento



Assinou eletronicamente em 28/08/2024 às 14:41:06.

RENATO APARECIDO DE SOUZA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 28/08/2024 às 14:39:42.